



B1

ISSN: 2595-1661

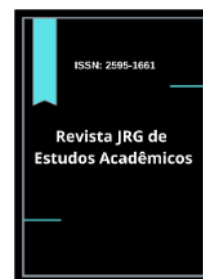
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Contribuições de jovens no desenvolvimento de jogo digital sobre a gravidez na adolescência

Contributions from young people in the development of a digital game about teenage pregnancy

DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2382

ARK: 57118/JRG.v8i18.2382

Recebido: 15/08/2025 | Aceito: 17/08/2025 | Publicado on-line: 19/08/2025

Anazira Lima de Sales Feitosa¹

<https://orcid.org/0000-0001-8225-8379>

<http://lattes.cnpq.br/5052369758662976>

Universidade Estadual do Ceará, CE, Brasil

E-mail: anazirals69@gmail.com

Maria Eliana Peixoto Bessa²

<https://orcid.org/0000-0002-3943-6069>

<http://lattes.cnpq.br/4425537606838926>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, CE, Brasil

E-mail: elianapbessa@gmail.com

Juliana Sales Feitosa³

<https://orcid.org/0000-0002-0818-5359>

<http://lattes.cnpq.br/3908537365561227>

Universidade Estadual do Ceará, CE, Brasil

E-mail: julianafeitosa.nutri@gmail.com



Resumo

Objetivo: Identificar a percepção de adolescentes sobre temas abordados em um jogo educativo digital sobre gravidez na adolescência. **Método:** Estudo descritivo, qualitativo, com 13 estudantes do ensino fundamental e médio de uma escola pública. Os dados foram coletados por rodas de conversa e analisados por análise de conteúdo no software WeQDA. **Resultados:** Predominaram participantes do sexo feminino, com idade média de 15,6 anos, cursando o 1º ano do ensino médio e residindo com mãe e irmãos. Identificaram-se duas categorias temáticas: (1) políticas de saúde e práticas intersetoriais para a saúde sexual e reprodutiva; e (2) educação em saúde sexual e reprodutiva. Os adolescentes sugeriram incluir no jogo temas como direitos sexuais e reprodutivos, desafios da gravidez na adolescência, ciclo menstrual, métodos contraceptivos e comunicação com parceiros e familiares. **Conclusão:** O estudo aponta temáticas relevantes para o desenvolvimento de jogos educativos digitais e reforça a educação em saúde como ferramenta de promoção, letramento e empoderamento em saúde para adolescentes.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência. Educação em Saúde. Letramento em Saúde. Tecnologia Educacional.

¹ Graduado(a) em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará, Mestre(a) em Gestão em Saúde

² Graduado(a) em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará, Doutor (a) em Enfermagem.

³ Graduado(a) em Nutrição pela Universidade Estadual do Ceará, Pós graduação em Nutrição aplicada ao autismo.

Abstract

Objective: To identify adolescents' perceptions of topics addressed in a digital educational game about teenage pregnancy. **Method:** Descriptive qualitative study with 13 students from public middle and high schools. Data were collected through focus group discussions and analyzed using content analysis in WeQDA software. **Results:** Most participants were female, with a mean age of 15.6 years, attending the 1st year of high school, and living with their mother and siblings. Two thematic categories emerged: (1) health policies and intersectoral practices for adolescent sexual and reproductive health; and (2) sexual and reproductive health education. Participants suggested including topics in the game such as sexual and reproductive rights, challenges of teenage pregnancy, menstrual cycle, contraceptive methods, and communication with partners and family. **Conclusion:** The study highlights key themes for developing digital educational games and underscores health education as a tool for promotion, literacy, and empowerment among adolescents.

Keywords: Pregnancy in Adolescence. Health Education. Health Literacy. Educational Technology.

1. Introdução

A adolescência é uma etapa ciclo vital caracterizada por modificações biopsicossociais que marcam a transição entre a infância e a idade adulta. No Brasil, considera-se adolescentes as pessoas que estão na faixa etária de 12 e 18 anos (Brasil, 2022). É nesta fase que se observa o início das relações afetivas, bem como da atividade sexual (Maranhão et al., 2017). A iniciação sexual precoce pode trazer um dos problemas de saúde pública na atualidade que é a gravidez na adolescência (Oliveira et al, 2023).

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), dentre as 7,3 milhões de meninas e jovens grávidas globalmente, 2 milhões têm menos de 14 anos (Santos et. al, 2017). Durante o período de 2000 a 2010, cerca de 21% de todos os nascimentos no Brasil ocorreram com mães adolescentes (Pinheiro et al., 2019). De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019, 7,9% das adolescentes entre 13 e 17 anos que já tiveram relação sexual experimentaram uma gravidez em algum momento da vida (Ibge, 2021).

A gravidez na adolescência é um tema bastante complexo e que apresenta múltiplas facetas, pois não afeta apenas a vida das mães adolescentes, mas também toda a sociedade, pois impacta diretamente em vários determinantes sociais de saúde, tais como saúde, educação, emprego e renda familiar (Lopes et al, 2023).

Apesar de ficar grávida ser um desejo de muitas mulheres (SBP, 2019), gravidez precoce muitas vezes resulta em um ciclo prejudicial de dificuldades financeiras e falta de educação (Santos et. al, 2017), levando ao abandono escolar, conflitos familiares e marginalização social, além de causar danos psicológicos, comportamentais e aumentar o risco de problemas de saúde graves tanto para a mãe quanto para o bebê (Ramos e Gonçalves Junior., 2020). As principais complicações que contribuem para as altas taxas de problemas de saúde e mortalidade nessa faixa etária incluem condições como hipertensão, hemorragias, infecções pós-parto, infecções do trato urinário e genital, abortos, anemia, eventos tromboembólicos e outras condições cardíacas (Silva et al., 2021).

Ao reconhecer a problemática da gravidez na adolescência, torna-se relevante criar estratégias que vão ao encontro do terceiro objetivo do desenvolvimento sustentável (ODS 3) para que seja assegurado uma vida saudável promovendo o

bem-estar para todos, em todas as idades (ONU, 2015). No Brasil, uma das metas do ODS3 é assegurar até 2023 o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais (Brasil, 2024). Nessa perspectiva, verifica-se a importância da realização de estratégias que favoreçam educação em saúde para o público adolescente.

Conceitua-se educação em saúde como o processo de construção de conhecimentos em saúde que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais, para alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades (Brasil, 2009). Essa estratégia permite o letramento em saúde (LS) que é o grau de habilidade que cada indivíduo apresenta para encontrar, compreender e utilizar informações e serviços para tomar decisões e ações para a própria saúde e dos outros (Ribas et al, 2021).

Uma das formas de incentivar o LS entre os adolescentes é utilizar tecnologias educacionais por meio de jogos digitais educativos. O uso crescente de materiais educativos digitais e a difusão da web abrem novas possibilidades no processo de ensino e aprendizagem através de interações (Falkembach et al, 2006). A interação entre a educação, saúde e novas tecnológicas na temática gravidez com a finalidade de juntos encontrarem novas formas e ações para interagir, orientar e lidar com o público adolescente, de forma a reduzir os índices de gravidez não planejada e abandono escolar (Almeida et al, 2021)

Nesse sentido, os jogos digitais têm se tornado ferramentas poderosas no processo de ensino aprendizagem, pois proporciona a educação, sensibilização e engajamento público. Ao utilizar a *gamification* como estratégia de ensino aprendizagem, esta pode ser utilizada como uma ferramenta poderosa na transmissão do conhecimento, mas também proporciona o engajamento de jovens ao motivar a participação deste público no processo criativo de criação de novos jogos (Hungaro et al, 2021). Assim, os jogos digitais além de ajudar a incentivar o compromisso dos alunos com o conteúdo, também proporciona o desenvolvimento de habilidades, como a capacidade de trabalhar em equipe, de pensar de forma crítica e de resolver problemas (Fernandes, 2021).

Diante do exposto, verifica-se a importância de envolver o público-alvo no processo criativo do desenvolvimento de um jogo educativo sobre a temática gravidez na adolescência, pois a inclusão dos atores proporciona uma autenticidade no conteúdo apresentando na tecnologia, pois traz as temáticas relevantes para os adolescentes, proporcionando a aprendizagem significativa, autonomia e empoderamento para os jovens envolvidos.

Deste modo, o objetivo desse estudo foi identificar a percepção dos jovens em relação aos principais temas abordados em um jogo educativo digital sobre gravidez na adolescência.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa desenvolvido na primeira etapa da pesquisa, intitulada "Construção e validação de tecnologia educativa sobre prevenção da gravidez na adolescência"(Feitosa, 2023). Para a elaboração desse artigo seguiu os passos do *Consolidated Criteria For Reporting Qualitative Research* (COREQ) (SOUZA et al, 2021).

O cenário do estudo foi uma Escola de Ensino fundamental e médio do Governo do Estado do Ceará, localizada no município de Fortaleza, no estado do Ceará. A escolha dessa escola ocorreu de forma intencional, pois uma das pesquisadoras já

desenvolvia ações intersectoriais de saúde como enfermeira do Programa Saúde na Escola (PSE). Além disso, a diretora também manifestou interesse na abordagem da temática gravidez junto aos adolescentes, por ser um problema enfrentado no cotidiano escolar.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos do ensino fundamental e médio que quiseram participar voluntariamente do estudo. Inicialmente a pesquisadora foi nas salas de aula para apresentar a proposta do estudo e perguntar aos adolescentes quem gostaria de contribuir com a pesquisa. Inicialmente, 20 alunos manifestaram interesse em participar do estudo, sendo entregue para estes os termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento para os pais autorizassem a participação na pesquisa.

A amostra foi composta por 13 alunos, pois somente 14 retornaram com o termo de autorização preenchido e assinado pelos responsáveis e no momento do desenvolvimento da roda de conversa, 01 aluno teve que se ausentar. Os critérios de inclusão foram: estar na faixa etária de 12 a 18 anos de acordo com a ECA; estarem regularmente matriculados e apresentarem autorização assinada pelos pais para participar da pesquisa. Já os de exclusão foram: adolescentes que estavam ausentes da escola no período da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu no mês de dezembro de 2022, utilizando a técnica de roda de conversa. Esse método de coleta de dados permite que o pesquisador se insira como sujeito da pesquisa através da participação ativa, possibilitando a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos participantes, mediado pela interação com os pares, através de diálogos internos e na observação silenciosa e reflexiva (Coelho, 2020).

A preparação da roda de conversa ocorreu na seguinte forma. Por se tratar de um tema sensível, para evitar constrangimento e preservar o anonimato dos participantes, foi disponibilizado uma caixa que ficou guardada na sala da direção. À medida que os adolescentes entregavam a autorização dos pais, eles escreviam suas dúvidas e as depositavam na caixa. Em seguida, a pesquisadora pegou o material, para que na roda de conversa fosse abordados temas relevantes para os adolescentes.

Esta foi conduzida por meio de uma dinâmica de grupo conhecida como “batata quente”. Para isso, os participantes foram dispostos em um círculo e foi solicitado que estes passassem uma bola para o colega ao lado, enquanto tocava uma música. Quando a música parava, a pesquisadora fazia uma pergunta para o adolescente que ficou com a bola.

As perguntas realizadas foram estabelecidas conforme as dúvidas surgidas previamente, as quais foram: “O tema gravidez na adolescência já tinha sido abordado com vocês em outro momento? Se sim, onde?; O que é ser mãe ou pai para vocês?; O que você acha que muda na vida de uma menina adolescente que tem um(a) filho(a)?; O que você acha que muda na vida de um menino adolescente que tem um(a) filho(a); Você conhece alguma amiga ou parente que engravidou na adolescência? Se sim, fale como foi essa experiência para essa adolescente; Por que vocês acham que há tantos casos de gravidez na adolescência? Quais os métodos contraceptivos?

Ressalta-se que no início da dinâmica, foi solicitado aos participantes para que esta fosse em forma de áudio, para preservar a imagem dos adolescentes. Após realizada a roda de conversa, as narrativas foram transcritas para um documento em word.doc e submetidos ao software de análise qualitativa WeQDA para identificação dos principais pontos encontrados das narrativas. Após essa etapa, procedeu-se à

análise dos dados, ancorada no método de análise de conteúdo (Bardin, 2016) e as categorias emergidas foram analisados conforme a literatura pertinente.

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Ceará (CEP/UECE), sob CAAE: 60313522.8.0000.5534, recebendo parecer favorável sob o número 5773355, estando em conformidade com os princípios éticos da Resolução 466/12 (Brasil, 2012).

3. Resultados e Discussão

A maioria dos participantes eram do sexo feminino, apresentaram média de idade de 15,6 anos, estavam no 1º ano no ensino médio e residiam com mãe e irmãos (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa. Fortaleza, 2023.

Variáveis		Frequência absoluta N	Frequência relativa %
Sexo	Feminino	11	84,6
	Masculino	02	15,4
Idade	14	04	31
	15	03	23
	16	03	23
	17	02	15
	18	01	8
	8º ano do EF	03	23
Escolaridade	9º ano do EF	02	15
	1º ano do EM	05	38
	2º ano do EM	03	23
	Pai e Mãe	01	8
Estrutura familiar	Pai, Mãe e irmãos	02	15
	Mãe e irmãos	05	38
	Mãe	03	23
	Avó	01	8
	Irmão	01	8
	Total	13	100

Fonte: Feitosa, 2023.

A primeira fase da análise de conteúdo (pré-análise) constituiu-se da organização das narrativas coletadas na roda de conversa. As perguntas foram organizadas de acordo com a temática principal durante a roda de conversa, partindo de uma pergunta inicial. Essa organização favoreceu a exploração do conteúdo, permitindo a definição de categorias através das codificações e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos (Quadro 1).

Quadro 1 – Principais aspectos encontrados nas narrativas conforme as perguntas realizadas.

Codificação	Perguntas	Aspectos importantes
Cód 1	O tema gravidez na adolescência já tinha sido abordado com vocês em outro momento? Se sim, onde?	Sim, através da mãe (familiares)
Cód 2	O que é ser mãe ou pai para vocês?	Difícil, grande responsabilidade
Cód 3	O que você acha que muda na vida de uma menina adolescente que tem um(a) filho(a)?	Desestrutura, atrapalha os estudos, perde as etapas da vida
Cód 4	O que você acha que muda na vida de um	A maioria disse que não muda em

	menino adolescente que tem um(a) filho(a)	nada. A responsabilidade acaba ficando para mãe
Cód 5	Você conhece alguma amiga ou parente que engravidou na adolescência? Se sim, fale como foi essa experiência para essa adolescente.	Sim, a própria mãe e familiares
Cód 6	Por que vocês acham que há tantos casos de gravidez na adolescência?	Falta de maturidade e de explicações sobre como engravidar. Falta de comunicação
Cód 7	Quais os métodos contraceptivos	Camisinha, adesivo, anticoncepcional e pílula do dia seguinte.

Fonte: Feitosa, 2023.

Após análise das narrativas surgiram as seguintes categorias temáticas: (1) Políticas de saúde e práticas intersetoriais para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e (2) Educação em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes.

Além disso, os alunos elencaram temas que eles consideravam relevantes para inclusão no jogo educativo que inclusos na discussão das categorias. Incluiu-se na primeira categoria dos seguintes temas: políticas públicas e direito das mulheres; desafios da gravidez na adolescência e o impacto da gravidez na vida escolar. Já na segunda, abordou-se o ciclo menstrual e gravidez na adolescência; métodos contraceptivos: importância, tipos e eficácia; anticoncepção de emergência; e comunicação da adolescente com o parceiro e com os pais.

Políticas de saúde e práticas intersetoriais para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes

As políticas públicas podem ser definidas como o campo do conhecimento no qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Rosa et al, 2021). Já políticas públicas de saúde podem ser compreendidas como a resposta do Estado diante das condições de saúde dos indivíduos e das populações e seus determinantes, bem como em relação à produção, distribuição, gestão e regulação de bens e serviços que afetam a saúde humana e o ambiente (Paim e Teixeira, 2006).

A legitimação das políticas de saúde no Brasil ocorreu com o reconhecimento da saúde como um direito de todo cidadão brasileiro, sendo garantida por meio de políticas sociais e econômicas com a finalidade de redução do risco de doença e de outros agravos, por meio do acesso universal e igualitário que promovam a integralidade das ações e serviços de saúde (Souza et al, 2022). Entender a saúde como direito de todo cidadão é fundamental para compreender inclusão dos adolescentes e jovens como sujeitos de políticas de atenção à saúde.

As políticas públicas para adolescentes incluíram as pautas governamentais somente no final do século XX, a partir do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a instituição da tripla responsabilidade compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado (Custódio, 2008).

A primeira política pública de saúde direcionada foi o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD). Esse programa foi lançado em 1989, é considerado um marco no direito adolescentes e abordava as seguintes temáticas: gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e uso abusivo de álcool e outras drogas. Entretanto, abordar essas temáticas, principalmente os referentes a saúde sexual, sempre foram considerados como desafios por causa dos “tabus” que

envolvem a sexualidade e a reprodução, as barreiras de acesso à informação, além disso, por muito tempo a menina/mulher foram consideradas sujeitos passivos e, portanto, sem autonomia para tomar suas próprias decisões sobre a reprodução (UNFPA, 2022).

A sexualidade é uma das dimensões inerentes à vida e à saúde do ser humano, que abrange os aspectos biológicos, psicológicos, culturais, históricos e sociais, que influencia na sua maneira de ser, de compreender e de viver no mundo como homem ou mulher ((Brasil, 2018). Já saúde sexual envolve a capacidade dos sujeitos desempenharem e expressarem sua sexualidade sem correrem o risco de contrair as IST, enfrentar gravidezes indesejadas, serem coagidos, sofrerem violência ou discriminação (Brasil, 2016).

Para que o ser humano possa expressar sua sexualidade de maneira saudável é necessário compreender que a saúde sexual e reprodutiva faz parte dos conjuntos dos Direitos Humanos e expressados na Constituição Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 2018). Os direitos sexuais e reprodutivos permitem que as pessoas tenham acesso a informações e a métodos seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento reprodutivo de sua escolha, bem como a serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde sexual e reprodutiva (Brasil, 2013).

Ao reportar-se para a saúde sexual e reprodutiva adolescentes é importante saber que os direitos sexuais e direitos reprodutivos nesse público foram reconhecidos desde 1998 por meio da Conferência Mundial de Populações e Desenvolvimento de Cairo (Brasil, 2018). Dessa forma, privar essa população de conhecer os aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva é infringir os direitos civis dessa população, pois não permite que os adolescentes façam escolhas saudáveis para si e para os outros.

Um dos principais problemas de saúde enfrentados pelos adolescentes quando esse direito é lhes negado é a gravidez na adolescência. Essa problemática sempre foi alvo de políticas públicas, mas é necessário desenvolver ações intersetoriais, principalmente com os serviços de saúde e os de educação, para que essas estratégias sejam mais eficazes.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes reforçou os objetivos do PROSAD, porém enfatizou na necessidade de abordar a “gravidez na adolescência” com um cunho mais informativo e explicativo, favorecendo a conscientização, a prevenção e a promoção de saúde, através da estratégia de educação em saúde (Brasil, 2008). Uma das formas que atender a essa demanda foi por meio do Programa Saúde na Escola (PSE) (Brasil, 2007)

O PSE é uma política intersetorial da Saúde e da Educação direcionada às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral (Brasil, 2007) e uma das temáticas abordadas por esse programa é a sexualidade (Brasil, 2012). A discussão sobre saúde sexual e reprodutiva nas escolas visa ajudar os alunos a desenvolver habilidades de comunicação eficaz e abordar questões relacionadas à saúde sexual com confiança e segurança (Salvador e Silva, 2018).

A relevância por essa temática surgiu entre os participantes do estudo relataram que sabiam que a gravidez não era considerada ideal para os adolescentes por causa da experiência vivenciada por seus familiares (as mães ficaram grávidas adolescentes) e que a principal consequência foi a evasão escolar (SBP, 2019).

Dessa forma, urge a construção de um diálogo saudável sobre o tema gravidez na adolescência nas escolas por meio das equipes do PSE. O desenvolvimento das práticas de educação em saúde possibilita o letramento em saúde, permitido que

esses façam escolhas saudáveis, proporcionam a execução de políticas públicas intersetoriais e garantem aos adolescentes a concretização dos seus direitos relacionados a saúde sexual e reprodutiva.

Educação em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes

A educação sexual e reprodutiva é um processo de ensino-aprendizagem que visa proporcionar aos indivíduos informações, habilidades e atitudes necessárias para compreender e exercer sua sexualidade de forma saudável e responsável, abordando questões relacionadas à saúde sexual, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, planejamento reprodutivo, relacionamentos saudáveis, diversidade sexual e de gênero, entre outros temas (Brasil, 2018).

A abordagem é fundamental é crucial para os adolescentes, pois oferece conhecimento sobre sua sexualidade através de informações e discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, ela promove o desenvolvimento sexual de forma segura, saudável e responsável, capacitando os jovens com recursos para tomarem as melhores decisões para suas vidas pessoais (Higa et al., 2015; Pinheiro et al, 2017).

O ensino da sexualidade requer uma abordagem ampla e contextualizada, incorporando recursos que incentivem a participação dos alunos, como debates e discussões. Isso cria um ambiente seguro onde as dúvidas e experiências dos alunos podem ser compartilhadas (Ferreira et al, 2019). É essencial que os facilitadores estejam preparados para lidar com os diversos desafios que surgem ao discutir sexualidade, como preconceito, falta de informação e medo, entre outros sentimentos comuns entre os alunos (Koptcke et al., 2017). Esse receio foi observado nos participantes do estudo ao expressarem as seguintes falas:

“A sexualidade é um tabu” (Aluno 12).

“Às vezes é o medo de contar para os pais que está mantendo relação sexual” (Aluno 5)

Dessa forma, ao discutir sobre sexualidade com os adolescentes é importante que o facilitador realize uma abordagem de forma segura e respeitosa, além de utilizar métodos que proporcionem a aprendizagem significativa e metodologias ativas como discussões em grupo, oficinas, palestras, jogos de simulação (Koptcke et al., 2017).

Durante a realização da conversa foram apontados os seguintes temas como relevantes na inclusão de o jogo educativo direcionado para a gravidez na adolescente: ciclo menstrual; métodos contraceptivos: importância, tipos e eficácia; anticoncepção de emergência; IST e comunicação da adolescente com o parceiro e com os pais.

O conhecimento do corpo é importante para que homens e mulheres compreendam os aspectos biológicos e fisiológicos do organismo (Zompero et al, 2018). Desse modo, um dos aspectos relevantes a serem abordados é sobre a maturação sexual, menarca e ciclo menstrual (Brasil, 2018), já que esses são indicadores de fertilidade feminina (Marques et al, 2022). Esse conhecimento os auxilia no controle da sua capacidade reprodutiva e ajuda a entender melhor como agem os métodos anticoncepcionais, de modo que possam planejar a gravidez, quando ela for desejada (Brasil, 2018).

Durante a roda de conversa questionou-se aos adolescentes sobre os principais motivos do número elevado de adolescentes grávidas, sendo relatados os

seguintes motivo: “falta de informação”, “uso incorreto dos métodos contraceptivos” e “comunicação ineficaz com o parceiro”, conforme evidenciado nas falas:

“O fato de engravidar tão jovem pode ser por falta de informação na família” (Aluno 10).

“Porque vai fazer e não tem a responsabilidade de comprar uma camisinha, de comprar a pílula do dia seguinte, de tomar um anticoncepcional, porque se a pessoa sabe que tem uma vida sexual ativa porque ela não toma anticoncepcional, hoje em dia tem tantos métodos no posto, de graça, não necessariamente você precisa ter uma boa condição” (Aluno 4)

“Só pra ter noção, muitas mulheres engravidam porque durante a relação sexual a mulher tem a responsabilidade de fazer com camisinha, aí o homem vai e tira, aí diz que a mulher percebe. Não, a mulher não percebe. Aí a mulher engravida por culpa do homem, aí é obrigada a ter esse filho” (Aluno 7).

O planejamento familiar ou reprodutivo é um conjunto de ações de regulação da fecundidade direcionadas à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde (Brasil, 2013). Embora essa ação seja de responsabilidade do casal, por muito tempo a sociedade culpabilizou as mulheres pela gravidez (César et al, 2019), por isso, emponderar as adolescentes por meio do conhecimento e acesso ao uso dos principais métodos contraceptivos é fundamental para a prevenção da gravidez precoce (Brasil, 2018).

Durante a roda de conversa, foi constatado que os adolescentes conheciam pelo menos um método contraceptivo. Ressalta-se que um dos adolescentes associou a “pílula do dia seguinte” como um método contraceptivo, essa é uma discussão relevante, pois não é indicado que seu uso seja ordinário (Brasil, 2013). Diante disso, elencou-se os principais métodos contraceptivos, sendo discutidos a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 – Principais métodos contraceptivos encontrados nas narrativas e na literatura.

Método Contraceptivo	Exemplo	Fala dos adolescentes
Métodos de barreira	preservativo feminino; preservativo masculino; diafragma; capuz cervical	<i>“Camisinha” (Aluno 2). “Diu” (Aluno 7). “Diafragma” (Aluno 8). “Camisinha masculina e feminina” (Aluno 1).</i>
Métodos hormonais	anticoncepcional oral, anel vaginal, adesivo transdérmico, injeção de progestágenos, implantes hormonais	<i>“Adesivo” (Aluno 9). “Injeção” (Aluno 6). “Pílula do dia seguinte” (Aluno 13).</i>

Fonte: Feitosa, 2023.

Os métodos de barreira são aqueles que impedem a trajetória do espermatozoide em direção ao óvulo, impondo obstáculos mecânicos e/ou químicos à penetração dos espermatozoides no canal cervical (Brasil, 2013). Um dos principais métodos de barreira incentivados na adolescência são os preservativos masculinos ou femininos, devido a dupla proteção que eles apresentam (Brasil, 2016).

O preservativo masculino é feito com látex, poliuretano ou outros materiais que funcionam como barreira física para impedir a troca de fluidos corporais entre as partes envolvidas (Nascimento et al., 2017). Já o preservativo feminino é feito de poliuretano ou nitrilo, materiais finos e resistentes que ajudam a proteger contra infecções (Brasil, 2013).

O uso do diafragma é considerado seguro, porém, pode haver alguns efeitos colaterais como vontade de urinar mais frequentemente, secreção vaginal anormal e dor durante a inserção e remoção. Além disso, o uso do diafragma não protege contra infecções sexualmente transmissíveis, sendo necessário o uso concomitante de preservativo. O diafragma em conjunto com o uso de espermicida tem uma eficácia contraceptiva de aproximadamente 90% (Souza et al., 2022).

A colocação do DIU é uma opção segura e eficaz de contraceptivo, sua eficácia é de 99% e sua duração pode variar de 3 a 10 anos dependendo do tipo do dispositivo. É recomendado para mulheres que já tiveram filhos, pois ele é bem tolerado e não exige acompanhamento regular. Além de ser reversível, não afeta a libido, não tem contraindicações e não interfere na qualidade dos óvulos. O DIU também pode ser usado como terapia para algumas doenças, como endometriose e miomas, pois diminui os sintomas e impede a gravidez (Lourenço et al., 2022).

Os métodos hormonais previnem a gravidez, impedindo principalmente a liberação dos óvulos pelos ovários (ovulação) ou mantendo a densidade do muco no colo do útero elevada para que os espermatozoides não consigam atravessar o colo do útero e entrar no útero (Brasil, 2013).

Os injetáveis anticoncepcionais são um método seguro e eficaz de prevenção da gravidez indesejada, pois possuem um índice de eficácia de 98% quando usados corretamente. Além disso, são um método prático e discreto, pois não exigem nenhuma preparação ou cuidado diário. É importante ressaltar que o injetável anticoncepcional não protege contra as doenças sexualmente transmissíveis, sendo necessário o uso de preservativos para esse fim (Barbosa e Chaves, 2021).

As pílulas anticoncepcionais também têm alguns benefícios para a saúde. Elas podem ajudar a tratar alguns problemas menstruais, como a menorrágia e a dismenorreia, e alguns outros problemas relacionados à saúde reprodutiva, como endometriose e acne. Além disso, elas podem reduzir o risco de câncer de útero e ovário. Porém, é importante lembrar que cada mulher é única e que, por isso, cada grupo de contraceptivos pode oferecer benefícios diferentes, sendo importante a consulta com o profissional de saúde para verificar qual contraceptivo é o mais indicado (Brandti et al, 2018).

Os efeitos colaterais das pílulas anticoncepcionais incluem enxaquecas, náuseas, aumento de peso, dores de cabeça, tonturas, depressão e enjoos. Também pode haver aumento da pressão arterial e risco de trombose. Por isso, é importante consultar o médico antes de iniciar o uso das pílulas anticoncepcionais para verificar se são seguras para o seu organismo (Brandti et al, 2018).

Embora os alunos tenham conhecimento sobre métodos contraceptivos, percebe-se que muitas vezes os adolescentes não buscam a orientação adequada em Unidades Básicas de Saúde ou com profissionais de saúde, o que pode aumentar o risco de gravidezes indesejadas. Essa hesitação em procurar ajuda não apenas

impacta os serviços de saúde, mas também evidencia a comunicação deficiente entre as adolescentes e seus pais, bem como entre elas e seus parceiros.

De acordo com Pereira (2018), os pais frequentemente demonstram falta de conhecimento ou resistência em dialogar com os filhos sobre temas como sexualidade, sexo ou o uso de métodos contraceptivos. O diálogo com o parceiro também é crucial. Geralmente, as meninas tendem a se preocupar com o uso de preservativos durante as relações sexuais, enquanto os meninos muitas vezes transferem a responsabilidade pela prevenção de gravidezes não planejadas para as meninas e, conseqüentemente, relutam em utilizar camisinha (Hugo et al., 2011; Bezerra et al., 2015). Portanto, estabelecer uma relação de confiança com o parceiro é fundamental para o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis.

4. Conclusão

Com base neste estudo foi possível identificar as principais lacunas que os jovens apresentavam sobre a gravidez na adolescência, bem como os principais temas a serem incluídos em uma tecnologia educacional direcionada para este público. A roda de conversa proporcionou aos adolescentes um momento de educação em saúde sobre a temática, já que foi desenvolvida a partir das dúvidas apresentadas por eles e a pesquisadora pode intervir minimizando as dúvidas surgidas.

Dessa forma, pode-se concluir que a educação em saúde, seja qual tecnologia for utilizada, é uma importante ferramenta de promoção da saúde para esse público, pois proporciona o empoderamento e o letramento em saúde.

Referências

- ALMEIDA, S.K.R. et al. As práticas educativas e seus respectivos impactos na prevenção da gravidez na adolescência. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, v. 3, pág. 9787–9800, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/29270>>. Acesso em: 11 mai. 2024.
- BARBOSA, A.S; CHAVES, C. T. O.P. Consequências do uso contínuo de anticoncepcional: um alerta as mulheres. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e349101522949, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22949. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22949>. Acesso em: 11 maio. 2024.
- BEZERRA, E. O. et al. Representações sociais de adolescentes acerca da relação sexual e do uso do preservativo. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. 1, p. 84- 91, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.01.45639>. Acesso em: 11 maio. 2024
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério dos direitos humanos e da cidadania. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília: ONU, 2024. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **O SUS de A a Z** : garantindo saúde nos municípios / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Cuidando de Adolescentes**: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidando_adolescentes_saude_sexual_reprodutiva.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 24 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_implantacao_projeto_saude_prevencao_escolas.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Semana Saúde na Escola Guia de Sugestões de Atividades**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/semana_saude_escola_guia_sugestao_atividades.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n ° 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em:<

http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html>. Acesso em 10 mai. 2024..

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016. Disponível em: <<https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

BRANDT, G. P. *et. al.* Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. **Revista Gestão & Saúde**, v. 18, n. 1, p. 54-62, 2018. Disponível em:

<https://www.herrero.com.br/files/revista/fileffb43b6252282b433e193bacf91d43f7.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2024

CÉSAR, R.C.B. *et.al.* A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**. V. 10, n2, 68-75. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1956/1342>. Acesso em: 11 maio. 2024

COELHO, G.R.; AMBRÓZIO, R.M. O ensino por investigação na formação inicial de professores de Física: uma experiência da Residência Pedagógica de uma Universidade Pública Federal. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 490–513, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7941.2019v36n2p490>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

CUSTODIO, A. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*. Santa Cruz do Sul, p. 22-43, jan. 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/657>>. Acesso em: 11 maio. 2024

FALKEMBACH, G.A.M. *et. al.* Desenvolvimento de Jogos Educativos Digitais utilizando a Ferramenta de Autoria Multimídia: um estudo de caso com o ToolBook Instructor. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13874>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

FEITOSA, A.L.S. **Construção e Validação de Tecnologia sobre prevenção de gravidez na adolescência**. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2023) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <<https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=110358>>. Acesso em: 10 de maio de 2024

FERNANDES, C. J. S. C. A gamificação como estratégia para iniciativas de educação em saúde sexual e reprodutiva voltadas para a juventude: apresentação de um jogo virtual sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 14, n. 1, p. 251–271, 2021. Disponível em: <<https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/477>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

FERREIRA, I. G. *et. al.* Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1788-1788, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1788>. Acesso em: 11 maio. 2024.

HIGA, E. F. R. *et al.* A intersetorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 879-891, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8RQXLnVkVcYjpDH6jbB3CGs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio. 2024.

HUGO, T. D. de O; *et al.* Fatores associados à idade da primeira relação sexual em jovens: estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 11, p.

2207-2214, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011001100014>. Acesso em: 11 maio. 2024.

HUNGARO, T.A. *et al.* Jogos sérios e gamificação: um novo modelo para educação em saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 9, p. e8540, 23 set. 2021. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8540>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

KÖPTCKE, L.S. *et al.* Reflexões sobre o uso de material para educação entre pares no Programa Saúde na Escola. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v.28, n.2, p.178-187, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37959>. Acesso em: 10 mai. 2024

LOPES, G.S.M. *et al.* Gravidez na adolescência: Uma perspectiva da saúde pública. **Revista Revoluta**, v. 2, n.2, p. 360-367, jul. 2023.<<https://revistarevolua.emnuvens.com.br/revista/article/view/59>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

LOURENÇO, E. M.S. O corpo da mulher e o DIU: planejamento familiar, feminismo e revolução à luz da análise de discurso. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/18361>. Acesso em: 10 maio. 2024.

MARANHAO, T.A. *et al.* Repercussão da iniciação sexual na vida sexual e reprodutiva de jovens de capital do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4083-4094, dez. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.16232015>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MARQUES, P. *et al.* Ciclo menstrual em adolescentes: percepção das adolescentes e influência da idade de menarca e excesso de peso. **Revista Paulista de Pediatria**, v.40: e2020494. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/nKc4WcFrP9bhp3Vpqq5Q5Nr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2024.

NASCIMENTO, E.G.C. *et al.* Adesão ao uso da camisinha: a realidade comportamental no interior do nordeste do Brasil. **Revista de Salud Pública**, v. 19, 84 p. 39-44, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsap/2017.v19n1/39-44/>. Acesso em: 10 maio. 2024.

OLIVEIRA, C. C. S. *et al.* Gravidez na adolescência e os desafios para Equipe de Saúde da Família (ESF) - revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 1, p. 5481–5495, 2023. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/56813>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2024

PAIM, J.S; TEIXEIRA, C.F. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. **Revista de Saúde Pública**, v4, p. 73-78, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/T59CdBgDQyGf3hqLpZCjyks/>> Acesso em: 10 mai. 2024

PEREIRA, D. F. Gravidez na adolescência relacionada ao tipo familiar e diálogo com os pais: revisão literária. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 12, n. 10, p. 123–143, 2018. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/articloe/view/873>. Acesso em: 9 maio. 2024.

PINHEIRO Y. T. *et al.* Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. **Cadernos de saúde coletiva**. v.27, n4, out. 2019. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900040364>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PINHEIRO, A.S. *et al.* A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersectorialidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, p. 803-822, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/XRWry3ZTKVcVtCjHJtnXfJ/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

RAMOS, A.C; GONÇALVES JUNIOR, O. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e268037, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450268037>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

RIBAS, K.H; ARAÚJO, A.H.I.M de . A importância da Literacia em Saúde nos Cuidados Básicos: revisão integrativa da literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 16, pág. e493101624063, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24063>>. Acesso em: 10 may. 2024.

ROSA, J. G. L. *et al.* **Políticas públicas**: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223410/001127911.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2024

SALVADOR, M.; SILVA, E. M. Programa Saúde na Escola: saberes e diálogos na promoção da educação sexual de adolescentes. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. Pág. 73–82, 2018. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2522>. Acesso em: 11 maio. 2024.

SANTOS, B.R *et al.* **Gravidez na Adolescência no Brasil**: vozes de meninas e de especialistas. Brasília: INDICA, 2017. 108 p. Disponível em: <http://unfpa.org.br/Arquivos/br_gravidez_adolescencia_2017.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024

SILVA, I.O.S. *et al.* Intercorrências obstétricas na adolescência e a mortalidade materna no Brasil: uma revisão sistemática. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 6720-6734, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27297>>. Acesso em: 10 may. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Prevenção da gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Departamento Científico de Adolescência, 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Adolescencia_-_21621c-GPA_-_Prevencao_Gravidez_Adolescencia.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024

SOUZA, V.R. *et al.* Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.34, p: eAPE02631, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02631>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

SOUZA, C. A. *et al.* A AMPLITUDE DO DIREITO À SAÚDE E O POTENCIAL DE SUA PROTEÇÃO COLETIVA. **Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA**, v. 1, n. 1, maio 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/equidade/article/view/2441>>. Acesso em: 11 maio 2024.

SOUZA, M. S. *et al.* Anticoncepcionais hormonais orais e seus efeitos colaterais no organismo feminino: uma revisão integrativa. **Journal of Education Science and Health**, v. 2, n. 2, p. 01-11, 2022. Disponível em: <https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/114>. Acesso em: 11 maio 2024

UNFPA. Fundo das Nações Unidas para a População. Mais de 30% das gestações em países em desenvolvimento são de adolescentes. ONU News. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794642>. Acesso em: 11 maio 2024.

ZOMPERO, A.F. *et al.* A temática sexualidade nas propostas curriculares no Brasil. **Revista Ciências & Ideias**, v.9, n.1, p. 101-114, 2018. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/reci/article/view/783>. Acesso em: 11 maio 2024.